

# Maciel lança frente pelo presidencialismo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, pretende reunir quarta-feira os principais líderes que defendem o presidencialismo. Julga ter chegado o momento da preparação de uma estratégia global, suprapartidária, capaz de levar ao redor da mesma mesa nomes tão díspares como Aureliano Chaves, Ulysses Guimarães, Luiz Inácio da Silva, José Lourenço, Jarbas Passarinho, Brandão Monteiro, Amaral Netto e outros. Nas últimas semanas, ele fez consultas aos dirigentes dos partidos, obtendo receptividade para um acordo em torno da emenda proposta pelo senador Humberto Lucena, presidente do Senado, que também estará presente ao encontro.

No entender do ex-chefe do Gabinete Civil, é preciso materializar o sentimento nacional amplo que repele o parlamentarismo constante do projeto de Constituição em debate. Chegou a hora de os presidencialistas mostrarem suas cartas. Não se trata de restabelecer o presidencialismo imperial, constante da atual Constituição, mas de aprimorar os mecanismos, já constantes da emenda Lucena, de modo a conciliar interesses e chegar à definição de um sistema presidencialista moderno e adaptado às necessidades do País. Um sistema em que se acentue a independência e a força dos três Poderes. Congresso e Judiciário devem dispor de prerrogativas amplas e definidas.

A concentração do poder em mãos do Legislativo, como pretendem os parlamentaristas, multiplicará as crises e os empecilhos ao desenvolvimento do processo democrático, tornando o Congresso, ao mesmo tempo que poderoso, o pelourinho da Nação. Nem é preciso, em suas palavras, lembrar a enxurrada de argumentos que não recomendam a adoção, agora, desse sistema de governo. Não há partidos doutrinariamente organizados, inexistente uma administração sólida, em condições de continuar funcionando em meio a crises de gabinete, e, mais do que isso, torna-se inviável realizar eleições diretas para presidente da República, vélo eleito com 40 milhões de votos e, logo depois, transformado numa rainha-da-inglaterra.

O que falta, segundo Marco Maciel, é organizar o chamado "golpe de graça" no parlamentarismo. Tarefa que precisa ser executada com muita competência. Se os presidencialistas, que são maioria, não se unirem, o risco será de aprovação do parlamentarismo, por falta de entendimento, ou, pior ainda, o chamado buraco negro. O momento é de levantar o tema e trazê-lo à discussão final entre os constituintes e a opinião pública. Em poucas semanas a matéria entrará em pauta.

Outra preocupação do presidente do PFL refere-se à duração

dos trabalhos constituintes. Ele não está otimista como Ulysses Guimarães, para quem a promulgação da nova Carta pode ser prevista para 21 de abril. Essa data, em seu julgamento, só por milagre. Lamenta, aliás, o malogro de tantas outras previsões. Primeiro, falou-se na nova Constituição promulgada em 7 de setembro do ano passado. Depois, adiou-se para 15 de novembro. Em seguida, 31 de dezembro. Agora, a meta é 21 de abril, em breve será 13 de maio e, outra vez, 7 de setembro, se a questão estiver em encontrar datas históricas. Para ele, só lá para junho ou julho, com sorte, deputados e senadores se terão desincumbido de suas tarefas.

Observa, também, não ser possível à Assembléia Nacional Constituinte trabalhar ininterruptamente. Essa história de sessões aos sábados e domingos não pegou nem vai pegar. Melhor seria que Ulysses Guimarães adotasse solução sugerida dias atrás: marcar sessões contínuas, de manhã, à tarde, à noite e até de madrugada, nas terças, quartas e quintas-feiras. Todos compareceriam a essa espécie de esforço concentrado sabendo que, nos demais dias, estariam livres para cuidar de outros assuntos, em seus Estados ou em Brasília.

Para Marco Maciel, a sucessão está nas ruas. Imagina que a Assembléia Nacional Constituinte fixará eleições presidenciais para este ano, tanto faz se novembro ou dezembro. Os candidatos começam a aparecer, de Ulysses Guimarães, pelo PMDB, a Aureliano Chaves, pelo PFL, bem como Leonel Brizola, do PDT, e Luiz Inácio da Silva, do PT. Mais virão, conforme suas previsões, pois o PDS poderá apresentar Jarbas Passarinho, o PTB, Antônio Ermírio de Moraes, e, com certeza, nomes até agora não cogitados, por legendas menores. No primeiro turno ninguém abrirá mão de concorrer, até para poder negociar, depois, o seu apoio. É o caso daqueles que forem indicados pelos pequenos partidos.

O processo sucessório é visto com certa apreensão, ainda que necessário e inesorável, pelo ex-governador de Pernambuco, tendo em vista o perigo de radicalização. O Brasil já deveria ter superado o maniqueísmo de "direita" e "esquerda", mas, infelizmente, ainda é o que acontece. Apesar de saber-se criticado até hoje, Maciel não se arrepende de haver precipitado o rompimento da Aliança Democrática, que não funcionava desde muito. Deixar a separação entre PMDB e PFL acontecer em meio à sucessão presidencial seria muito pior. Não faz prognósticos, mas desconfia de que Leonel Brizola poderá ser um dos dois primeiros colocados na eleição. Julga uma incógnita a posição a ser tomada pelos derrotados, capaz de surpreender, dependendo de quem seja o adversário do ex-governador fluminense.

C.C.